

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS  
2 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 14/12/07

3 Aos quatorze dias do mês de dezembro ano de dois mil e sete, às nove horas e vinte  
4 minutos na sala de reuniões da SESAU, deu-se início, em terceira convocação, a Reunião  
5 Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença da Sra. Maria Auri G.  
6 Sousa como Presidente substituta, e demais membros: SESAU: Ruth Mercês Paranaguá  
7 /Superintendente de Vigilância em Saúde; Elisana Lígia Garcia Barbosa / Diretoria de  
8 Recursos Humanos; Inez dos Santos Gonçalves / Diretoria de Controle, Regulação e  
9 Avaliação; Maria Gleyd Brito Chianca Silva / Diretoria de Atenção Especializada; Maria  
10 Luiza Salazar / Coordenadoria de Apoio à descentralização de Gestão. COSEMS: Maria  
11 Vani B. S. Nogueira / SMS Tocantinópolis; Furtunato Soares SMS / Gurupi; Alessandra  
12 Franco Fonseca / SMS Pium; Suplente: Emival Nunes de Fonseca / SMS Guarai. A Sra.  
13 Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião como segue: **ITEM 01-**  
14 **Apreciação da Pauta:** Foi lida e apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e  
15 inversão da Pauta que foram aprovadas por consenso como segue. **ITEM 02 -**  
16 **Apreciação e Aprovação da Alteração da PPI da Assistência:** Remanejamento físico e  
17 financeiro solicitado por de 21 municípios. Distribuição do teto financeiros da Portaria Gm  
18 1.355 de 06/06/07 (R\$ 755.273,80 - Mamografia R\$ 226.582,14 para Araguaína, R\$  
19 75.527,38 para Augustinópolis; R\$ 75.527,38 para Dianópolis; R\$ 151.054,76 para  
20 Gurupi; e R\$ 226.582,14 para Palmas). Da Portaria Gm 2.877 de 08/11/07/R\$  
21 9.919.233,76 (R\$ 500.000,00 para defasagem na Macro alocação da Hemorrede; R\$  
22 1.200.000,00 para defasagem na Macro alocação da Tomografia computadorizada; R\$  
23 743.018,58 para correção de teto financeiro da Ultrassonografia; R\$ 200.000,00 de  
24 incremento para Gurupi Gestão Municipal; R\$ 500.000,00 de incremento para Palmas  
25 Gestão Municipal; R\$ 3.388.107,59 para custeio da implantação de serviços, UTI e  
26 manutenção da Rede Hospitalar de Alta Complexidade de Araguaína; R\$ 3.388.107,59  
27 para custeio da implantação de serviços, UTI e manutenção da Rede Hospitalar de Alta  
28 Complexidade de Palmas. Da Portaria GM 2.640 de 16/10/07 - R\$ 13.160.501,45-Vide  
29 Tabela anexa) e da Portaria GM 2.924 de 14/11/07 - R\$ 165.389,61. A Sra. Maria Luiza  
30 Salazar inicia explicando que foi oficializado frente a Comissão e a Secretaria Executiva,  
31 será apresentado a justificativa destas transferência e os respectivos pareceres. Foi feito  
32 o Planejamento e o DRA uma revisão com relação a esses meses de implantação da PPI  
33 das inconsistências, alguns serviços que ainda ficaram com alguns municípios e que não  
34 tem condições de obterem o faturamento por não ter disponível o serviço credenciado  
35 dentro do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde, infelizmente foi feito  
36 essas correções. Quanto às novas Portarias, desde maio até o momento que foram  
37 publicadas pelo ministério que promoveu um incremento no teto financeiro do Estado. De  
38 todas as alterações houve uma mudança na macro alocação da PPI, o nosso teto foi para  
39 R\$ 130.812.000,00 (cento e trinta milhões, oitocentos e dose mil reais), como não foi  
40 repassar recursos que as Portarias estabeleceram nas programações municipais, foi  
41 adotado a alternativa de alocar os recursos nos ajustes CIB, fundamentando cada uma  
42 destas Portarias na PPI estadual. A Portaria de 1.355 de 6 de julho de 2007, os tetos  
43 foram distribuídos onde atualmente se encontram os serviços, foi feito um trabalho  
44 integrado com a Coordenação da qual a Morgana atualmente é a responsável com  
45 relação a distribuição do teto, no valor de R\$ 755.273,80 (setecentos e cinqüenta e cinco  
46 mil duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos), com relação a Araguaína de  
47 acordo com a capacidade, de acordo com que os próprios municípios referenciaram, foi  
48 feito uma racionalização de proporcionalidade, R\$ 309.240,00 (trezentos e nove mil,  
49 trezentos e quarenta) fica para ambulatório, R\$ 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e

50 noventa reais), dos R\$ 353.250,00 (trezentos e cinquenta e três e duzentos e cinquenta  
51 reais) de Palmas R\$ 338.760 (trezentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais)  
52 fica para a gestão municipal, estando incluso a população própria e a referenciada, R\$  
53 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e noventa) para o UNACOM do HGP, e para a  
54 gestão municipal de Gurupi R\$ 78.255,00 (setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco  
55 reais) mais os recursos que foram transferidos da PPI do M3, tanto a população própria  
56 quanto a referenciada, e apenas o inerente a Portaria 1.355. No dia 02 de outubro através  
57 da Portaria 2.437 o valor de um R\$ 1.188.969,17 (um milhão cento e oitenta e nove mil  
58 novecentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos). Em relação às consultas de  
59 eletrocardiograma, ele é alocado como PAB e alocaram o recurso com MAC, não  
60 podemos pegar um procedimento que esta na Atenção Básica e credenciar ele na MAC  
61 pois não tem local para faturamento. Foi por isso que foi repassado para os hospitais de  
62 referencia destes municípios. A Portaria 2.924 do dia 14 de novembro de 2007, tem um  
63 valor de R\$ 165.389,61 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e  
64 sessenta e um centavos) referente a estrepitocnasi e permanência maior, são  
65 procedimentos hospitalares. Na tabela da apresentação pode-se encontrar os recursos da  
66 Portaria conforme os Hospitais, o pacto anual e mensal. O valor total do teto de maio até  
67 o dia 31 de novembro R\$ 25.189.367,79 (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil,  
68 trezentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), elevando a macro alocação  
69 para R\$ 130.812,00 (cento e trinta mil, oitocentos e doze reais). A Sra. Aideê pede a  
70 palavra lembrando que esta divisão, por município, veio tudo do Ministério, não foi o  
71 Estado que fez o calculo, para distribuir por hospital ou por município, baseados na serie  
72 histórica de julho de 2006 a junho de 2007. A Sra. Maria Luiza continua sua apresentação  
73 dizendo que foi incluso o teto físico e financeiro da população própria e referenciada de  
74 cada município que tem ultra-sonografia, o valor financeiro que foi programado daí então  
75 foi feito o cálculo de quanto seria valor com o valor da tabela com a ultra-sonografia, foi  
76 então que observamos que o valor da Portaria não cobria a defasagem total da nossa  
77 tabela. Os R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) não promoveu a correção da tabela  
78 necessária para o nosso Estado. A Sra. Maria Auri salienta que dès de julho que o  
79 Ministério que ele se refere de recomposição no teto dos Estados, quando veio a  
80 recomposição da tabela com este valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) o  
81 qual não cobre o valor físico que foi pactuado na PPI, por exemplo se caso algum  
82 município tenha 504 ultra-som com o valor financeiro que foi repassado não era possível  
83 pagar os 504 mais sim 480 ultra-som, então para completar as 504 foi usado o valor da  
84 Portaria de R\$ 9.000.000,0 (nove milhões de reais), para pagar o montante que foi  
85 pactuado na PPI, para assim garantir a quantidade física. O que o Ministério fez foi o  
86 impacto de tabela encima de uma produção, de um período determinado que não foi  
87 compatível com esse período utilizado na tabela das programações. Os Estados que  
88 estavam usando o SISPPi que estavam com a pactuação em dias, eles foram  
89 prejudicados porque o Ministério não fez cálculos diferentes, conforme a realidade dos  
90 Estados, se o Tocantins esta usando na PPI a população própria 2006 e a produção de  
91 2006 então o pacto da tabela deveria serem feitas neste período. A Sra. Maria Luiza  
92 continua dizendo que é importante lembrar que o recurso foi destinado aos municípios  
93 que disponibilizam do serviço no caso de ultra-som, no caso de outros procedimentos  
94 para serem repassados os recursos esta sendo solicitada a guia de serviço para fazermos  
95 prestação de contas. Gostaria de deixar claro que é utilizado o CNES até o dia 29 de  
96 novembro. A Sra. Maria Auri pede a palavra para explicar que o todo fluxo de todas as  
97 alterações que fizemos na PPI e foi dito que a cada seis meses estaria sendo avaliado a  
98 questão dos fluxos. Todo remanejamento é feito pelo Ministério dos tetos essas

99 alterações devem ter um tempo para serem realizadas. O usuário sabe onde esta a  
00 referencia que irá usar, se todo mês o usuário tiver um prestador diferente ou um  
01 município diferente até o próprio usuário se perde nesta troca. Foi estipulado o prazo de  
02 seis meses anteriormente e será mantido o prazo pois não tem nenhuma possibilidade de  
03 estarmos refazendo essas transferências todos os dias. Tudo referente a PPI citado é  
04 anual. Em reuniões dos Colegiados foi discutido essa maneira de distribuição, e todos  
05 gestores entraram neste consenso. A Sra. Inês pede a palavra implicando que existem  
06 muitos municípios que possui o profissional pores o profissional não esta cadastrado,  
07 muitas vezes é uma questão de carga horária, então neste caso para essas consultas o  
08 município pode informar mas pagar não pode pois o profissional não esta cadastrado,  
09 outra coisa que deve ser observado é a questão dos laboratórios estamos controlando os  
10 laboratórios, controlando o que é interno e o que é externo, estamos solicitando a eles as  
11 guias de solicitação de exames, e aqueles que não apresentam as guias nos estamos  
12 fazendo um boletim de diferença. A Sra Maria Luiza continua sua apresentação dizendo  
13 que foram realizados os remanejamentos de teto bem como transferências dos serviços  
14 da PPI 2007 as Correções das Programações Municipais dos seguintes municípios:  
15 ALMAS - Procedimentos do Grupo 14 foram transferidos para o município de Dianópolis –  
16 1ª referencia . No valor de R\$ 219,19. Motivo: Não existe o serviço cadastrado no  
17 município. ARAPOEMA os procedimentos do M2 do grupo 11 serão trazidos de volta para  
18 o município e retirados de Araguaína. Motivo: O município não possui o serviço  
19 laboratorial com o nível de complexidade exigido para realização dos exames.  
20 ARAGUANÃ os procedimentos do M1 E M2 do grupo 14 foi transferido de Xambioá para  
21 Araguaína. Motivo: O município de Xambioá não possui o serviço cadastrado para  
22 realização dos exames. ALIANÇA os procedimentos do GRUPO 14 A1, 14A2, 17A2 foram  
23 transferidos para Gurupi. Motivo: O município não possui o serviço em seu território  
24 cadastrado. AGUIARNÓPOLIS o Sistema não reconheceu a transposição de base da  
25 municipal para estadual do procedimento 7C2 que só aparecia na base municipal. Foi  
26 corrigido ficando 1.072 consultas/ano no valor de R\$ 8.093,60 para Araguaína. AXIXÁ os  
27 procedimentos do Subgrupo 11 D1 foram alocados no município de Augustinópolis nos  
28 valores respectivos de 1.224 e R\$ 10.110,24/ ano. Motivo: O município não possui o  
29 serviço em seu território cadastrado. ARAGUANÃ os procedimentos de M1 e M2 do  
30 Grupo 10 foram transferidos para laboratório 11A1, 7A2 e 7B2 permanecendo o recurso  
31 no município. Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos  
32 para a execução do serviço no grupo 10. ARAGUATINS os procedimentos do Subgrupo  
33 17B2, 17C2, 19B2, 19C2 E 19D2 foram alocados no município de Augustinópolis na  
34 totalidade da programação do município e o 17D2 no município de Araguaína os  
35 procedimentos do Grupo 10 do M1 e M2 foram alocados no Grupo 7B1 e 7A2  
36 respectivamente, permanecendo o recurso no município. Os procedimentos do Grupo  
37 14A1 , foram alocados em Augustinópolis. Motivo: O município não possui profissionais  
38 cadastrados exigidos para a execução do serviço. AURORA os 120 procedimentos de M2  
39 do Grupos 7C2 foi transferido de Taguatinga e alocados 370 no município de Palmas e  
40 60 em Porto Nacional. Motivo: O município de Taguatinga não possui profissional e  
41 serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço. BABAÇULANDIA os  
42 procedimentos de M1 dos Grupos 7 B1,11, 14 e 18 foram todos alocados no município de  
43 Araguaína na totalidade da programação do município assim com os do M2 dos grupo 14  
44 e 18. Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a  
45 execução do serviço. BRASILÂNDIA os procedimentos de M3 do Grupo 13 C3 –  
46 Mamografia foram todos alocados no município de Araguaína na totalidade da  
47 programação do município. Motivo: O município não possui profissionais e serviço

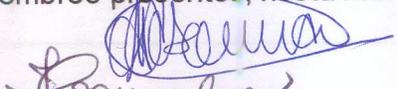
148 cadastrados exigidos para a execução do serviço. BOM JESUS os procedimentos de M2  
149 do Grupos 18D2 e de M3 do grupo 13 C3 e 19D3 foram todos alocados no município de  
150 Palmas na totalidade da programação do município. O município não possui profissionais  
151 e serviços cadastrados exigidos para a execução do serviço. BREJINHO DE NAZARÉ os  
152 procedimentos DO Grupo 18 do M1 e M2 foram todos alocados em Porto Nacional na  
153 totalidade da programação do município. Motivo: O município não possui profissional e  
154 serviços cadastrados exigidos para execução. CARIRI os procedimentos de M1 do  
155 Subgrupos 11D1 foram todos alocados no município de Araguaína na totalidade da  
156 programação do município assim como o município já havia referenciado todo o  
157 laboratório M1 para Gurupi. As consultas especializadas de M3 foram encaminhadas 86  
158 para Palmas e 172 para Gurupi. Motivo: O município não possui profissional e serviços  
159 cadastrados exigidos para a execução do serviço ( Em relação ao laboratório já havia  
160 encaminhado todo o M1 menos o subgrupo D1). CENTENÁRIO os procedimentos de M2  
161 do Grupo 7C2 foram transferidos para Palmas 340 e 84 ficou em Pedro Afonso. No M3 do  
162 Grupo 14 A3 foram transferidos 10 para Palmas. Motivo: O município não possui  
163 profissional e serviços cadastrados exigidos para a execução do serviço. CASEARA os  
164 procedimentos de M1 Grupo 18 foram transferidos para Palmas na totalidade de sua  
165 programação. Motivo: O município não possui profissional e serviços cadastrados exigidos  
166 para a execução do serviço. CHAPADA DA NATIVIDADE os procedimentos do Grupo  
167 7B1, 8A2 f foram transferidos para Natividade, respectivamente 425 e 30. Os 20  
168 procedimentos do grupo 11AA3 - foram transferidos para Palmas. Motivo: O município  
169 não possui profissional e serviços cadastrados exigidos para a execução do serviço.  
170 CHAPADA DA AREIA os procedimentos de M1 do Grupo 11 foram alocados em Paraíso.  
171 O procedimento de consulta especializadas do grupo 7C2 foi alocado 120 em Palmas e  
172 60 em Paraíso. Motivo: O município não possui profissional e serviços cadastrados  
173 exigidos para a execução do serviço. COLMEIA os procedimentos de M1 do Grupo 14  
174 foram alocados em Guaraí. O grupo 10 foi dividido nos procedimentos laboratoriais de  
175 M1 em hematologia e bioquímica e no M2 no 7A2 e 7B2 Motivo: O município não possui  
176 profissional e serviços cadastrados exigidos para a execução do serviço. COMBINADO os  
177 procedimentos de M2 do Grupo 7C2 foram alocados em Palmas e Porto Nacional ficando  
178 o teto físico de 402 e 310 respectivamente. Transferindo-se de Taguatinga Motivo: O  
179 município de Taguatinga não possui profissional e serviços cadastrados exigidos para a  
180 execução do serviço. CRISTALÂNDIA os procedimentos de M2 do Grupo 17D2 e M3 dos  
181 Grupos 7D3, 13C3 foram alocados em Palmas na totalidade programada pelo município.  
182 Motivo: O município não possui profissional cadastrado exigidos para a execução do  
183 serviço. DIANÓPOLIS - Os procedimentos de M2 do Grupo 17B2 foram alocados em  
184 Palmas na totalidade da programação feita pelo município. Motivo: O Hospital de Regional  
185 no município não possui profissional cadastrado exigidos para a execução do serviço.  
186 DUERÉ os procedimentos de M1 do Grupo 11 foram alocados em Gurupi na totalidade da  
187 programação feita pelo município. Motivo: O município não possui o serviço laboratorial  
188 seu território geográfico. O serviço está sendo realizado em um laboratório localizado em  
189 Gurupi. Cabe ao município de Gurupi a contratualização do serviço obedecendo-se o  
190 Comando Único. DOIS IRMÃOS Alteração: Os procedimentos de M1 do Grupo 18 foram  
191 alocados em Paraíso. Motivo: O município não possui profissional e serviços cadastrados  
192 exigidos para a execução do serviço. FÁTIMA os procedimentos de M1 do Grupo 18 e M3  
193 do grupo 17K3 foram alocados em Porto Nacional e Palmas respectivamente Motivo: O  
194 município não possui profissional e serviços cadastrados exigidos para a execução do  
195 serviço. FIGUEIRÓPOLIS os procedimentos de M1 do Grupo 14 foram alocados em  
196 Gurupi. Motivo: O município não possui profissional e serviços cadastrados exigidos para a

197 execução do serviço. FILADÉLFIA os procedimentos de M1 do Grupo 10 foram alocados  
198 no Grupo 7B1 e 11A1, permanecendo o recurso no município. Os procedimentos do  
199 Grupo 13 e 14 foram alocados em Araguaína. Motivo: O município não possui profissional  
200 e serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço. GOIATINS os procedimentos  
201 do grupo 10 de M1 foram alocados no grupo 7B1 permanecendo o recurso no município.  
202 O subgrupo 11HA3 foi alocado em Araguaína. Motivo: O município não possui o nível de  
203 hierarquia na unidade exigidos para a execução do serviço. ITAPORÃ Alteração: Os  
204 procedimentos de M1 do Grupo 14 foram alocados em Guaraí e o Grupo 18 M1 em  
205 Araguaína. Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos  
206 para a execução do serviço. LAGOA DA CONFUSÃO Alteração: Os 26 procedimentos  
207 dos Subgrupos 19D2 foram alocados em Palmas. Motivo: O município não possui  
208 profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço. MAURILÂNDIA  
209 Os procedimentos dos Subgrupos 8D2, 9A2 e 11 AA2 foram alocados em Augustinópolis  
210 e Araguaína. Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos  
211 para a execução do serviço. NATIVIDADE os procedimentos de M1 e M2 do Grupo 14 e  
212 M1 do Grupo 18 foram alocados em Porto Nacional. Motivo: O município não possui  
213 profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço. NOVA  
214 ROSALÂNDIA Os procedimentos de M1 Do Grupo 18 foram alocados em Palmas. Motivo:  
215 O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do  
216 serviço. PARAÍSO os procedimentos de M2 do Subgrupo 19E2 foi alocado em Palmas.  
217 Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a  
218 execução do serviço. PEIXE os procedimentos de M1 do Grupo 14 e 18; M2 grupo 14  
219 foram alocados em Gurupi. Motivo: O município não possui profissional e serviço  
220 cadastrados exigidos para a execução do serviço. PONTE ALTA DO TO os  
221 procedimentos de M1 do Grupo 18 foram alocados em Porto Nacional. Motivo: O  
222 município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do  
223 serviço. PIUM Os procedimentos de M1e M2 do Grupo 14 e M3 do 17E3, 17L3 e 19D3  
224 foram alocados em Palmas. Os procedimentos do Subgrupo 19B2 foram alocados em  
225 Paraíso. Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para  
226 a execução do serviço. PRESIDENTE Kennedy o grupo 10 foi alocado nos procedimentos  
227 do grupo 7B1, 7A2 e 7B2, permanecendo o teto financeiro no município. Os  
228 procedimentos do Subgrupo 19B2 foram alocados em Araguaína. Motivo: O município  
229 não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço.  
230 PUGMIL os procedimentos de M2 do Grupo 1H2 havia sido alocado em Divinópolis,  
231 sendo corrigido e encaminhado para Palmas como todos os demais procedimentos de M2  
232 do Grupo 11 Motivo: O encaminhamento foi equivocado pois todos os demais  
233 procedimentos do grupo foram encaminhados para Palmas. RIACHINHO os  
234 procedimentos do M1 do grupo 14 foi transferido de Xambioá para Araguaína. Motivo: O  
235 município de Xambioá não possui o serviço cadastrado para realização dos exames.  
236 SANTA FÉ DO ARAGUAIA o grupo 7A2 foi alocado em Araguaína. Motivo: O município  
237 só possui atenção básica. SÃO BENTO o Sub grupo 21 C3 foi alocado em Palmas.  
238 Motivo: A aquisição e fornecimento de órteses e próteses, foi pactuado que será realizado  
239 pelo Estado. SÃO FÉLIX o Grupo 7B1 foi alocado em Palmas  
240 Motivo: O município só possui atenção básica. SÃO SEBASTIÃO o Grupo 7B1 foi  
241 alocado em Palmas. Motivo: O município só possui atenção básica. SÃO VALÉRIO DA  
242 NATIVIDADE o Grupo 17D2, 19 B2 e 19D2 foi alocado em Gurupi. O Grupo 10 do M1 foi  
243 transferido para o grupo 7B1 e 11 A1 e M2 para os grupos 7A2 e 7B2 ficando o recurso  
244 financeiro com o município. Motivo: O município não possui profissional cadastrados  
245 exigidos para a execução do serviço. SILVANÓPOLIS os procedimentos de M1 do grupo

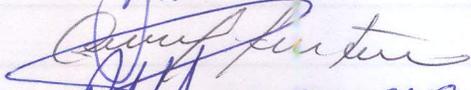
246 11 e M2 do Grupo 13 foram alocados em Porto Nacional. Os procedimentos de M3 do  
247 grupo 7B3 foi alocado no grupo 7D3 e alocado em Palmas. Motivo: O município não  
248 possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a execução do serviço em seu  
249 território, mas é terceirizado para o Laboratório em Porto Nacional (Comando Único).  
250 SUCUPIRA os procedimentos de M1 e M2 do grupo 11 foram alocados em Gurupi.  
251 Motivo: O município não possui profissional e serviço cadastrados exigidos para a  
252 execução do serviço. TAGUATINGA os procedimentos do Subgrupo 7C2 foram alocados  
253 2000 consultas em Palmas e 570 em Porto Nacional os procedimentos do Grupo 10 foi  
254 alocado no subgrupo 7B1, 18A1 e 18D2, permanecendo os recursos no município. Motivo:  
255 O município não possui profissional e serviço cadastrado exigidos para a execução do  
256 serviço. TALISMÃ os procedimentos do Grupo 11 foram alocados em Alvorada. Motivo: O  
257 município não possui profissional e serviço cadastrado exigidos para a execução do  
258 serviço. TOCANTINÓPOLIS os procedimentos do Subgrupo 17D2 foram alocados em  
259 Araguaína. Motivo: O município não possui profissional urologista cadastrado exigidos  
260 para a execução do serviço. XAMBIOÁ o Grupo 14A1 foi alocado em Araguaína. O  
261 Grupo 10 do M1 foi transferido para o grupo 7B1 e 11 A1 e M2 para os grupos 7A2 e 7B2  
262 ficando o recurso financeiro com o município. Motivo: O município não possui profissional  
263 e serviço cadastrado exigidos para a execução do serviço. A Sra. Haydée pede a palavra  
264 para explicar que não é necessário aprovação da CIB para realizar as transferências  
265 porem quando tratasse de pedido ultra-sonografia e raio-x, assim que o município  
266 cadastrar o serviço o Estado faz a transferência para o município de Paraíso e também o  
267 município de Bernardo Saião pedindo transferência de AIH como havia sido pactuado e  
268 se faz em cada 6 meses o remanejamento de AIHs assim que os remanejamentos  
269 iniciarem será feita a transferência deste teto. Em relação aos serviços que não foram  
270 solicitados transferências, não foi possível alocar o recurso devido as inconsistência, são  
271 várias às quais serão apresentadas. Almas ficou no grupo 14 que é ultrasonografia e não  
272 possui o serviço cadastrado e foi transferido para Dianópolis. Arapoema ficou co m2 do  
273 grupo 11 que patologia clinica havia ido para Araguaína e o município tem complexidade e  
274 estaria voltado para Arapoema. Araganã os procedimentos de M1 e M2 do grupo 14 que  
275 é ultrasonografia foi transferido de Xambioa para Araguaína porque também não tem  
276 complexidade. Aliança ficou com grupo 14 do M1, M2 e o 17 A2 foram transferidos para  
277 Gurupi. Como o município de Gurupi é pleno será verificado o que o município oferta o  
278 que o hospital oferta e será feito um divisão interna. A Sra. Maria Vani SMS /  
279 Tocantinópolis pede a palavra para dizer que quando foi feita a PPI a hidroelétrica ainda  
280 não estava em funcionamento, em Arguianópolis a Atenção Básica funciona de segunda a  
281 sexta, sábado e domingo a ambulância fica a disposição para levar para Tocantinópolis,  
282 isso está sobrecarregando a emergência. Tocantinópolis esta fazendo ambulatório para  
283 Arguianópolis pois a população já esta maior por função da hidroelétrica, com isso o  
284 município de Tocantinópolis esta sobre carregado. A Sra. Maria Auri pede a palavra para  
285 explicar que é necessário que se entre em contato com Arguianópolis para cobrar o  
286 recebimento de recursos e não estão sendo aplicados, pois a PPI não prevê aumento de  
287 população. A Sra. Inez explica que a Sra. Maria Vani SMS de Tocantinópolis pode estar  
288 obtendo todos os encaminhamentos de Arguianópolis que esta atendendo para  
289 contabilizar. A Sra Haydée continua informando que Axixá ficou com teto de patologia  
290 clinica somente do grupo onze D1, foi transferido para Agustinópolis. Araganã o grupo  
291 10 como o recurso já é um recurso específico foi transferido 11 A1 7 B2 permaneceram  
292 no município. Franqueada a palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se  
293 encerrada a reunião às onze horas e cinco minutos. E para constar foi lavrada a presente

294 ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e pelos demais  
295 membros presentes, nesta reunião.

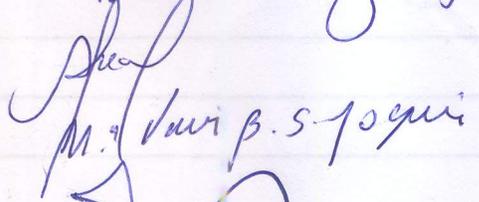
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312



Cousalves  
Pereira



M. Aramendes

  
M.º David P. S. Pereira

